



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



2022:
DE VOLTA ÀS RUAS



Ocupar nossas Universidades, Institutos Federais e Cefets com luta e ousadia

Neste Informandes de final de ano vamos trazer à memória as lutas travadas pelo ANDES-SN durante todo ano de 2022. Lutas que perpassaram ações nas ruas, em unidade nos âmbitos nacionais e estaduais, pela recomposição salarial, pelo arquivamento da PEC32, para derrotar Bolsonaro e sua política neofascista e genocida. Lutas que foram forjadas em nossos espaços de formação, tendo em vista os vários seminários realizados para debater, entre outros temas, as intervenções nas IES, a carreira EBTT, a realidade das universidades estaduais, o internacionalismo, as universidades multicampi e de regiões de fronteira. Mobilizações que emanaram do nosso enfrentamento numa conjuntura de acirramento de luta de classes, onde o povo trabalhador brasileiro ficou dividido por diferentes projetos políticos que se expressaram nas urnas.

É preciso reafirmar com muita convicção: a derrota de Bolsonaro nas urnas foi uma vitória importante para

toda classe trabalhadora. No entanto, não podemos nos iludir que essa derrota acabará com a expressão das políticas de extrema-direita, que saiu fortalecida na Câmara dos Deputados, no Senado e em muitos estados. Temos que seguir mobilizados e mobilizadas, ocupando nossos locais de trabalho e de estudo, ampliando os espaços de articulação dos movimentos sindicais, populares e de juventude, pois muitos enfrentamentos nos esperam em 2023.

Lembramos que, em 2022, completamos 10 anos da implementação da política de cotas e que, num país marcado pelo racismo estrutural e pelas mais profundas desigualdades sociais, as ações afirmativas são fundamentais para que possamos democratizar efetivamente nossas IFEs. Lembramos também de nossas lutas contra o machismo, o racismo e todas as formas de opressões, e por isso nosso apoio irrestrito ao movimento indígena que neste ano seguiu ocupando Brasília com forte pressão contra o Marco temporal e pelo direito à terra.

Foi um ano de retorno para nossas salas de aulas de forma presencial, mesmo em um cenário ainda de instabilidade sanitária. Voltamos para as nossas instituições com a insegurança permanente dos cortes orçamentários, com o avanço dos projetos de educação remota, com a precarização ainda maior das nossas condições de trabalho e de estudo. Este retorno presencial tem que reanimar nossas lutas em nossos locais de trabalho, no sentido de mobilizarmos nossa categoria e todas as categorias da educação, ombro a ombro com os (as) trabalhadores (as) terciarizados (as).

Em dezembro fechamos o ano com o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN na cidade de Foz do Iguaçu: a música, o cinema, as artes visuais, a fotografia, a xilogravura, a ocupação da universidade e de diferentes espaços da cidade nos sinalizaram que a forma como lutamos pode ser ainda mais ousada, quando sensibilizamos a comunidade universitária e seu entorno com cores, sons, formas, danças e poesia que emanam da resistência dos nossos povos.

O ano de 2023 nos convoca a seguir lutando, a seguirmos ousando!

VAMOS SEGUIR NAS RUAS, SEM TRÉGUA AO DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DOS DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS. VAMOS DERROTAR AS CONTRARREFORMAS, ORGANIZANDO E MOBILIZANDO A BASE, EM UNIDADE COM DEMAIS CATEGORIAS DA CLASSE TRABALHADORA.

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luis Andrade, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

41º Congresso do ANDES-SN irá aprovar plano de lutas para 2023 e deliberar sobre desfiliação da CSP-Conlutas

Evento também terá inscrições das chapas para eleição do Sindicato Nacional

41º Congresso ANDES-SN

Em defesa da educação pública e garantia dos direitos da classe trabalhadora.

6 A 10 DE FEVEREIRO DE 2023
RIO BRANCO (AC)

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

AD UFAC

Com o tema central “Em defesa da educação pública e pela garantia de todos os direitos da classe trabalhadora”, o 41º Congresso do ANDES-SN acontecerá de 6 a 10 de fevereiro de 2023, na Universidade Federal do Acre (Ufac), em Rio Branco (AC). Essa é a primeira vez que o Congresso do Sindicato Nacional, instância máxima de deliberação da categoria docente, é realizado na capital acreana.

“Considero importantíssima a vinda do congresso do ANDES-SN para o Acre, principalmente pelo contexto amazônico. O Acre, nesse contexto todo, já foi um estado que forneceu um subsídio político extremamente interessante na questão da defesa ambiental, mas também dos povos da floresta, dessa união entre indígenas e pequenos proprietários, camponeses, extrativistas, que gerou essa denominação povos da floresta e que trouxe a novidade do conceito ‘florestania’. E hoje, ele [o Acre] está tomado pelo bolsonarismo,

nessa expressão de uma direita mais radical. Tanto o Acre como Rondônia e Roraima foram os três estados da Amazônia que deram maior votação para o projeto da extrema-direita”, explica José Sávio Maia, 2º vice-presidente da Regional Norte I do ANDES-SN.

De acordo com a Associação dos Docentes da Ufac (Adufac Seção Sindical), que organiza o encontro, a expectativa é reunir cerca de 600 participantes de seções sindicais de todo o país, entre delegados, delegadas, observadores, observadoras e convidadas e convidados.

“A vinda do Congresso para cá tem essa representatividade de estar, pela primeira vez estar, sediando um evento desse porte, em nível nacional, principalmente por conta do momento que a gente atravessa, com a participação de docentes de todas as partes do país”, acrescenta o diretor do Sindicato Nacional, que integra a comissão organizadora do 41º Congresso.

CSP-Conlutas

O 14º Conad Extraordinário do ANDES-SN, realizado em novembro em Brasília (DF), deliberaram por encaminhar ao 41º Congresso do Sindicato Nacional a desfiliação da CSP-Conlutas. O assunto será discutido durante a plenária do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras.

Eleições

Esse evento também marcará o início do processo eleitoral para a escolha da Diretoria que estará à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2023/2025. Durante o 41º Congresso, deverão ser inscritas as chapas que disputarão o pleito, com a apresentação de, pelo menos, os nomes que concorrerão à presidência, secretaria-geral e tesouraria. A votação das chapas se dará nos dias 10 e 11 de maio de 2023, conforme edital já publicado pelo ANDES-SN.

Credenciamento

O credenciamento para o 41º Congresso do ANDES-SN, prévio e digital, já está aberto e pode ser feito até dia 16 de janeiro de 2023. Os documentos devem ser enviados exclusivamente por meio de formulário próprio, [acessível neste link](#).

Arte e Cultura

Para fomentar mostras artísticas e culturais da base do ANDES-SN na programação oficial do 41º Congresso, a diretoria do Sindicato Nacional convidou as seções sindicais, a partir de seus sindicalizados e suas sindicalizadas, a participarem com apresentações musicais acústicas, estilo “voz e violão”, declamação de poemas, interpretações cênicas, performance corporal, dança, exposições fotográficas, entre outros. As propostas de intervenção artística e cultural sejam encaminhadas até o dia 13 de janeiro para a Secretaria Nacional através do e-mail secretaria@andes.org.br.

Mais informações

As informações sobre quantidade de docentes por delegação, documentos necessários para credenciamento e outros detalhes também constam na Circular 367/2022, [disponível no site do ANDES-SN](#).

Em defesa da Educação, o ANDES-SN se manteve nas ruas em 2022

Durante todo o ano, o ANDES-SN se manteve nas ruas, organizando e apoiando diversas manifestações em defesa da Educação Pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada para todas e todos. No último ano do governo Bolsonaro, os ataques e tentativas de golpes em diversas áreas da Educação foram intensificados. Entre eles, cortes e bloqueios de orçamentários, intervenções em universidades, Institutos Federais (IF), Cefets e muito mais. Relembre agora a nossa luta.

JANEIRO

Em janeiro, o então ministro da Educação, Milton Ribeiro, definiu o posicionamento do ministério sobre a exigência de vacinação para a volta às aulas presenciais nas universidades federais. O ANDES-SN repudiou a decisão e reforçou que era necessário manter a autonomia das Instituições Federais de Ensino (IFE), principalmente para proteger as respectivas comunidades acadêmicas da pandemia, que naquele momento já tinha vitimado mais de 600 mil brasileiros e brasileiras. Já em janeiro, o Ministério da Educação sofreu o primeiro grande corte orçamentário de 2022, com o veto de R\$ 736,4 milhões. Desse total, R\$ 324,7 milhões seriam destinados para o programa de desenvolvimento da Educação Básica e R\$ 51,5 milhões no apoio à infraestrutura para a Educação Básica. Além disso, R\$ 87,5 milhões foram cortados do apoio à consolidação, reestruturação e modernização das Instituições Federais de Ensino (IFE) e R\$ 74,3 milhões do fomento ao desenvolvimento e modernização dos sistemas de ensino de Educação Profissional e Tecnológica. Bolsonaro também cortou R\$ 100 milhões dos hospitais das universidades federais sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

ABRIL

No dia 1º de abril, o ANDES-SN realizou o ato Pelas Liberdades Democráticas para encerrar a 40ª edição de seu congresso, realizado em Porto Alegre (RS). Na ocasião, milhares de manifestantes do sindicato e de seções sindicais, em conjunto com a Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, com o Fórum pelos Direitos e Liberdades Democráticas e com organizações estudantis e de trabalhadoras e trabalhadores tomaram as ruas da capital gaúcha. O evento relembrou, também, os 58 anos do golpe que deu início à ditadura empresarial-militar brasileira, regime que durou 21 anos e foi marcado por sucessivos mandatos militares e pela instituição de atos institucionais, mecanismos que se sobrepunham à Constituição Federal e tiveram como resultados a restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura.

Em 9 de abril, atos organizados em mais de 70 cidades brasileiras marcaram o “9A”, com o mote “Bolsonaro Nunca Mais”, em defesa da Educação e serviços públicos.

MAIO

Entre os dias 23 e 27 de maio, aconteceu a Semana de Luta do Setor das Iees/Imes do ANDES-SN, com o lançamento da campanha: “Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende”. Com a personagem Preta Mari, foi produzida uma série de vídeos, retratando as lutas que as instituições estaduais e municipais públicas enfrentam para garantir o ensino público de qualidade em diversas regiões do Brasil.



JUNHO

Em junho, estudantes de todo o Brasil realizaram dois atos contra os cortes orçamentários na Educação e contra a tentativa de cobrança de mensalidades nas universidades públicas brasileiras. O primeiro, em 9 de junho, aconteceu com mobilização nos estados, como uma prévia para o “Ocupa Brasília”, no dia 14, momento em que estudantes, docentes, técnicas e técnicos se reuniram na capital federal, em conjunto com demais servidores e servidoras. A mobilização reuniu cerca de 5 mil pessoas. No fim do mesmo mês, o Ministério da Educação apresentou uma nova versão do Programa para Expansão da Educação a Distância nas Universidades Públicas Federais (Reuni Digital), proposta que ataca diretamente o tripé ensino, pesquisa e extensão. A aprovação desse projeto desconsidera a importância da vivência em espaços universitários, com educação presencial, e ignora uma parte da população que não tem acesso de qualidade à internet.

JULHO

Para começar o segundo semestre, o ANDES-SN e demais entidades do setor da Educação participaram, no mês de julho, de uma jornada de lutas em defesa da Educação e pela abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MEC, para investigar os casos de corrupção na Pasta, envolvendo o ex-ministro Milton Ribeiro.

AGOSTO

Em agosto, conforme aprovado no 65º Conad do ANDES-SN, as e os docentes foram às ruas pelo Fora Bolsonaro, em Defesa da Democracia, por eleições livres, direitos sociais, contra a violência, o desemprego e a fome. O mês ainda foi marcado pela leitura da “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”, elaborada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

SETEMBRO

Antes do primeiro turno das eleições gerais, o ANDES-SN produziu uma carta de compromisso com a defesa da Educação Pública às e aos presidentáveis, entregue às candidatas e aos candidatos do campo progressista, reforçando as lutas e pautas defendidas pelo Sindicato Nacional em seus 41 anos de luta. O documento foi resultado de uma deliberação do 65º Conad, realizado em julho, em Vitória da Conquista (BA).

OUTUBRO

A diretoria do ANDES-SN lançou uma circular, logo após o resultado do primeiro turno das eleições para presidente, conclamando o voto em Luiz Inácio Lula da Silva para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas. Já em 18 de outubro, entidades nacionais da educação, junto com o ANDES-SN, saíram às ruas no Dia Nacional de Luta contra o Confisco das Verbas da Educação, em resposta ao Decreto Nº 11.216 de 30 de setembro de 2022, que retirou mais de R\$ 1,1 bilhão do orçamento da pasta. O governo recuou e reestabeleceu o valor.

DEZEMBRO

Por fim, no mês de dezembro, a diretoria do ANDES-SN se reuniu com Grupo de Trabalho do núcleo da Educação da equipe de transição do governo Lula. No encontro, os representantes do Sindicato Nacional entregaram um documento com onze pontos programáticos em defesa da Educação Pública. A carta também foi uma deliberação do 65º Conad.

LEMBRE-SE: O Sindicato Nacional esteve presente em incansáveis mobilizações ao longo de 2022. Contudo, todas as participações foram essenciais para a defesa da Educação Pública, peça chave para o funcionamento do sistema democrático brasileiro.

“Foram muitos os desafios e conseguimos manter uma forte mobilização neste ano que está terminando. Primeiro, na defesa da universidade pública, no ensino presencial, retornando de um momento de isolamento social e voltando para a universidade com uma dificuldade imensa. Ocupamos espaços, denunciemos o ensino remoto, híbrido, o Reuni Digital, e lutamos para garantir as condições sanitárias adequadas e, principalmente contra os cortes e bloqueios orçamentários”, pontua Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN.

Luta dos movimentos sociais contra sistema capitalista opressor marca o ano de 2022



FOTO: TERRETO

O ano de 2022 foi marcado pela reação aos tantos retrocessos e abusos impostos pelo governo de Jair Bolsonaro. Pautado pela agenda neoliberal, o atual governo, que termina após quatro anos de arbitrariedades, promoveu a destruição dos recursos naturais, a retirada de direitos das e dos trabalhadores, ataques às mulheres, à população LGBTQIAP+, aos povos originários e aos negros e às negras. Movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares reagiram com resistência, mobilização e conseguiram avanços em algumas áreas.

No dia 8 de março, mulheres de todo o mundo foram às ruas por direitos. No Brasil, o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras teve como tema “Pela Vida das Mulheres - Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, racismo e fome!”. Nas manifestações, o grito contra o machismo e a misoginia perpassou temas atuais, como a necessidade de derrubar a política genocida de Bolsonaro e de garantir, às trabalhadoras, um mundo livre de todas as formas de opressão.

O ANDES-SN somou forças nos atos em todo o país, com a participação das seções sindicais, secretarias regionais e docentes da base do Sindicato Nacional. Em conjunto com mais de 40 movimentos, o ANDES-SN assinou o manifesto da “Articulação Nacional de Mulheres Bolsonaro Nunca Mais”. No documento, as entidades denunciaram a exploração do sistema capitalista, machista e misógino sobre as mulheres negras, indígenas, quilombolas, LBTTQIA+, jovens, idosas e com deficiência (PCDs), dos campos, das águas, das florestas e das cidades.

Já no início do mês de abril, indígenas de todas as regiões do Brasil deram início a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília (DF). O momento foi marcado por cantos, rituais e falas de lideranças indígenas de todo o país. Com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, o evento reuniu cerca de oito mil indígenas durante dez dias (de 4 a 14 de abril), mesmo período em que o Congresso Nacional e o governo federal pautaram a votação de projetos que

violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei (PL) 191/2020, de autoria do Executivo. O PL 191/20 regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas, e tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

A diretoria nacional do ANDES-SN esteve presente acompanhando as atividades e debates, e prestando solidariedade e apoio à luta dos povos indígenas, conforme deliberação congressional.

Durante o ano, as e os indígenas reforçaram que o Congresso Nacional é um dos principais espaços de tomadas de decisões em relação às suas vidas e, por isso, essa parcela da população deveria estar representada no Parlamento. Dessa forma, no processo eleitoral de 2022, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) lançou diversas candidaturas para fazer frente à bancada ruralista do Congresso Nacional. Em outubro, um resultado histórico para o movimento garantiu a eleição de candidatas indígenas à Câmara Federal, ampliando a representatividade dos povos

originários a partir de 2023. Foram eleitas Célia Xakriabá (MG), Juliana Cardoso (SP), e Sônia Guajajara (SP).

Já em agosto, foi celebrado os dez anos da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades e Institutos Federais para estudantes egressos e egressas do ensino médio público ou da educação de jovens e adultos. A legislação estabelece que as vagas destinadas devam ser subdivididas, parte para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita, além do percentual correspondente para estudantes pretos, pretas, pardos, pardas e indígenas.

Em 2022, de acordo com a norma, a legislação deveria passar por uma revisão, para entender em quais pontos houve avanços e quais foram os impactos na educação superior brasileira. Isso abriu brecha para os reacionários tentassem derrubar a lei. Para barrar esse ataque, diversos projetos de lei foram apresentados nos últimos anos, entre os quais, o PL 5384/20, que visa tornar permanente a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a anunciar que colocaria a proposta em votação, mas isso não ocorreu.

Na primeira quinzena de setembro, o Grupo de Trabalho Política de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN se reuniu em Recife (PE). Durante o encontro, realizou um painel conjunto com a Associação Brasileira dos (das) Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN), dentro da Programação do XII Congresso de Pesquisadores (as) Negros (as) (Copene).

A atividade “A construção de estratégias de defesa das Instituições de Ensino Superior (IES), das políticas de cotas e de enfrentamento ao racismo” foi mediada pela diretora do ANDES-SN e da coordenação do GTPCEGDS, Rosineide Freitas, e contou com a participação de Cleber Vieira (Unifesp/ABPN), Dennis Oliveira (USP) e Marli Araújo (Ufal) e Sales Augusto dos Santos (UFV).

Segundo Rosineide Freitas, que também é 2ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, em 2022 o Sindicato Nacional esteve focado na luta em apoio aos movimentos sociais, desde a participação no 8M, passando pelas atividades em defesa dos povos e dos territórios originários, contra o marco temporal, na luta pela Lei de Cotas, e em favor da democracia, contra o fascismo e contra o genocídio dos povos negro, periféricos e LGBTQIAP+.

“No primeiro semestre, tivemos atividades potentes organizadas pelo movimento de mulheres e pelo movimento indígena. O ANDES-SN se

somou a essas lutas, intensificando mobilizações em todas as regiões do Brasil. Já no segundo semestre, tivemos uma movimentação importante, a partir do relatório de políticas afirmativas, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A partir dali, nos somamos a uma luta pela Lei de Cotas, com reflexo dos nossos materiais, como também pela nossa participação na articulação do ANDES-SN com o movimento negro”, relembra.

A diretora do Sindicato Nacional lembra também que a entidade se manteve na luta pela democracia, em defesa do sistema eleitoral, da urna eletrônica e no engajamento para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas. “Nossa participação foi intensa e agora, fechamos o ano com um chamado para que todas e todos se mantenham nas trincheiras de luta, em defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora, em uma luta contra a estrutura do sistema capitalista, que é machista, racista, capacitista e LGBTQIAP+fóbico. A sinalização que fica é que se abre uma nova janela para as lutas, mesmo com todas as questões do novo governo, e assim como conseguimos efetivamente derrotar Bolsonaro nas urnas, entendemos que temos um longo caminho para derrotar a lógica supremacista do bolsonarismo nas ruas. Vamos seguir com essa luta”, finaliza.



2022 trouxe desafios para a organização da luta da categoria docente

Ano foi marcado pela retomada das atividades presenciais do ANDES-SN após pandemia de Covid-19



O ano de 2022 trouxe diversos desafios para a organização da classe trabalhadora, incluindo da categoria docente. Para enfrentar a conjuntura imposta pela pandemia de Covid-19, pelos sucessivos ataques à Educação e aos direitos sociais no país, a consequente precarização das condições de trabalho e vida, a intensificação da carestia, da fome e do desemprego, entre tantos outros desafios, o ANDES-SN realizou diversas atividades ao longo deste período.

Os eventos, que voltaram a ser presenciais com todos os cuidados necessários, foram fundamentais para definir a posição do Sindicato Nacional e da sua base frente a tantas questões colocadas por um ano ebuliente, atravessado pelo acirramento das medidas de caráter fascista do governo de extrema-direita brasileiro e pelo processo eleitoral no país,

num contexto de disputa de narrativa baseada em desinformação. A entidade também buscou ampliar as alianças na perspectiva de consolidação do caráter internacionalista do ANDES-SN e fortalecimento das lutas para além das fronteiras.

“Depois de mais de um ano realizando eventos virtuais em razão da pandemia pela COVID-19, o ANDES-SN retorna integralmente às atividades presenciais, com os cuidados indicados pelos órgãos competentes. Importante sinalizar, contudo, que desde 2020 mantivemos as atividades de mobilização nas ruas, sobretudo em relação à retirada da PEC 32 da pauta no Congresso Nacional e pela reposição salarial no âmbito da Fonasefe. E, as atividades virtuais, as quais foram necessárias acontecerem para garantir que as deliberações se mantivessem pela base e democraticamente”, lembrou Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN.

Eventos deliberativos

O Sindicato Nacional realizou três eventos deliberativos em 2022, todos presenciais: 40º Congresso, em Porto Alegre (RS) em março, o 65º Conad, em julho em Vitória da Conquista (BA), e 14º Conad Extraordinário, em novembro em Brasília (DF).

O Congresso no Rio Grande do Sul, que reuniu 642 participantes, teve como tema central “A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!” e marcou a comemoração presencial das quatro décadas do Sindicato Nacional, celebradas em 19 de fevereiro de 2021, durante período crítico da pandemia de Covid-19.

Já o Conad realizado na Bahia contou com a presença 197 docentes, que atualizaram o plano de lutas do sindicato nacional e debateram importantes deliberações, pautadas pelo tema “Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas”.

A Carta de Vitória da Conquista, resultado do encontro, destacou categoria docente tinha “o desafio de derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo, que representam o retrocesso político e civilizatório que o país atravessa. Com unidade e firmeza em nossos princípios, venceremos essa etapa e continuaremos a realizar o projeto histórico de educação emancipadora que há 41 anos nosso sindicato tem construído”. Por deliberação da categoria, o ANDES-SN atuou para derrotar o Jair Bolsonaro e seu projeto nas ruas e nas urnas.

Em novembro, a base do ANDES-SN se reuniu em mais um evento deliberativo, desta vez com pauta única e o tema “CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central”. Ao final de dois dias de debates, o 14º Conad Extraordinário encaminhou ao 41º Congresso do Sindicato Nacional a desfiliação da CSP-Conlutas.

“Em 2022, realizamos o 40º Congresso do ANDES-SN em Porto Alegre que, além de discutir o Plano de Lutas referendou todas as deliberações aprovadas nos espaços virtuais. Ainda neste ano realizamos o 65º Conad em Vitória da Conquista e o 14º Conad Extraordinário, além das reuniões dos setores e grupos de trabalho. Esses espaços materializam a construção histórica do ANDES-SN como um sindicato classista, autônomo e pela base, antimachista, antirracista, antilgbtqia+fóbico e anticapacitista. São neles que se expressam as reivindicações e posições da base, e que possibilitam a organização da luta nacional, estadual e localmente via seções sindicais”, afirmou Regina.

Encontros Internacionais

Durante o 40º Congresso do ANDES-SN foi deliberado que o Sindicato Nacional reforçaria luta unificada com setores de educação e trabalhadores de outros países, com objetivo de fortalecer os serviços públicos e a educação pública, além de organizar mais seminários internacionais.

Cumprindo com a decisão, representantes da diretoria do Sindicato Nacional participaram, entre abril e maio, de três encontros internacionais. E, em dezembro, o ANDES-SN realizou o II Seminário Internacional Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização dos/as Trabalhadores/as, na cidade de Foz do Iguaçu (PR).

Entre 21 e 24 de abril, Regina Ávila e Luiz Blume, 3º secretário do ANDES-SN, participaram, do V Encontro da RSISL, organizado pela Rede Sindical de Solidariedade e de Lutas, na cidade de Dijon, na França. Foram discutidos temas que priorizam reforçar o sindicalismo de lutas, de forma democrática, ecologista e anticapitalista, contra todas as formas de opressão.

Além disso, um documento sobre a luta e resistência em defesa da educação pública no Brasil foi produzido, traduzido e apresentado pelos representantes do ANDES-SN.

“Foi importante para avaliar que não estamos sós e ver a dimensão do que significa as nossas lutas em defesa dos serviços públicos e que as críticas que a gente faz às contrarreformas são mundiais”, pontuou a secretária-geral do ANDES-SN.

O 18º Congresso da FSM, organizado em Roma, Itália, entre os dias 5 e 7 de maio, teve como objetivo atualizar e discutir os princípios da luta de classes, internacionalismo e solidariedade entre trabalhadoras e trabalhadores, liberdades democráticas sindicais e a defesa do direito de organização e de greve. Na ocasião, Milton Pinheiro, 1º vice-presidente do ANDES-SN, em companhia de Elizabeth Barbosa, 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro, participaram do encontro como ouvintes.

Entre 18 e 20 de maio, representantes de mais de 100 países se reuniram para a “Conferência Mundial de Educação Superior - Unesco”, realizada em Barcelona, Espanha. Como não houve

convocação aos sindicatos e nem aos movimentos sociais defensores da educação pública, diversas entidades organizaram um ato durante o evento. Uma barreira policial tentou impedir que os manifestantes chegassem ao local da Conferência.

“Lutamos e conseguimos estar presentes, distribuimos o Manifesto do Movimento Social Pedagógico sobre as Conferências Mundiais da Educação Superior aos dirigentes da Unesco”, contou Osvaldo Coggiola, encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, que acompanhou o evento.

Intervenções e luta em defesa das IFE

Os ataques à autonomia universitária e a interferência do governo federal na escolha de reitores e reitoras das instituições federais de ensino (IFE) foram pauta do Encontro das Universidades, Institutos Federais e Cefets em luta contra as intervenções, realizado em Brasília (DF), nos dias 11 e 12 de maio.

Desde 2019, pelo menos 25 IFE sofreram intervenções, seja com a nomeação de candidatos que estavam em segundo ou terceiro lugar na lista tríplice, seja com indicação de gestores interventores pró-tempore.

Ao longo do ano, o setor das Federais também realizou várias jornadas de luta em defesa da educação pública e pela recomposição orçamentária e salarial, além do lançamento de materiais, campanhas e dossiês contra as intervenções e contra os cortes realizados pelo governo Bolsonaro.



Encontro das Iees e Imes

Cerca de 60 docentes participaram, em agosto, do 18º Encontro das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná. O evento teve como tema “Financiamento, condições de trabalho docente e lutas nas Iees/Imes: Quem roubou nossos direitos?”.

Os participantes encaminharam lutar pelo financiamento pleno das universidades para que estados e municípios assegurem crescimento, ampliação e desenvolvimento das funções próprias das universidades, ampliando o debate sobre legislação específica, sobre subvinculação, a garantia de repasse dos duodécimos e de autonomia de gestão financeira.

Além disso, apontaram também que seja realizada uma campanha nacional contra os fundos de previdência complementares, indicando aos e às docentes a não aderirem a esses fundos, assim como indicaram a necessidade fortalecer a luta pela revogação das contrarreformas da Previdência nos estados aprovados.

Luiz Blume, da coordenação do Setor das Iees/Imes, avaliou positivamente o encontro, que atraiu novas e novos docentes. “Assim como nos últimos congressos e conads, o número de participantes nas atividades só cresce, o que indica que o ANDES-SN está no caminho de consolidar e aumentar a participação das sindicalizadas e dos sindicalizados”, avaliou.

Durante o ano de 2022, o ANDES-SN também realizou uma forte campanha em defesa das Iees e Imes com o mote “Universidades Estaduais e Municipais:

quem conhece, defende!”. Lançada em maio, a campanha teve como destaque a personagem Preta Mari, que apresentou as pautas de luta do setor e também a importância das universidades estaduais e municipais para a sociedade brasileira.

EBTT e Educação Básica

Entre os dias 21 e 23 de outubro, aconteceu também o III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Educação Básica das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior, que reuniu dezenas de docentes na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O evento discutiu questões como os cortes na educação e o fundo público, o novo ensino médio, ensino médio integrado, residência pedagógica, BNCC, unidades de educação infantil nas universidades, a militarização das escolas, dentre outros assuntos relacionados ao cenário atual da Educação no Brasil. Também foi destacada a importância também de reforçar as discussões sobre a carreira única para todas e todos docentes.

“O ANDES-SN participou com protagonismo de várias lutas: na resistência contra o fascismo, na luta contra a PEC 32, pela recomposição salarial, contra os cortes do orçamento, em defesa da educação pública, porque tem acúmulo e capilaridade para se consolidar como uma entidade forte. Sem dúvida, essa caracterização vem dos instrumentos e espaços de decisão amplos e democráticos do nosso Sindicato”, reforçou a secretária-geral do ANDES-SN.

Três eventos na tríplice fronteira

Para fechar o ano, o ANDES-SN realizou entre 6 e 9 de dezembro três eventos intercalados, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila). O II Seminário Internacional Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização dos/as Trabalhadores/as, o I Seminário Multicampia e Fronteira e o I Festival de Arte e Cultura: Sem fronteiras, a arte respira luta (arte respira luta. Luta respira arte) reuniram mais de 150 docentes e produziram ricos debates e emocionantes momentos de interação entre as e os participantes e palestrantes.

A atividade contou com mais de 35 convidadas(os) debatedores(as) e mais de 50 artistas envolvidas(os) nas expressões individuais e coletivas. Dentro da programação também foi realizado um ato em defesa da Educação Pública e pela integração Latino-americana, na Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai.

“Nós vivenciamos, durante esses dias, debates de muita intensidade e, com certeza, nos fortalecemos muito para as nossas lutas e para os enfrentamentos que nós vamos precisar fazer e continuar fazendo ao longo da história do nosso sindicato”, avaliou Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN. “Nós tivemos a honra de contar com a apresentação de Letícia Sabatella e a caravana Tonteria, uma grande artista mulher, que além de arte faz política, que também nos instiga, nos motiva, nos incentiva e também serve de exemplo. Certamente, saímos dessa semana de atividades bastante fortalecidas e fortalecido, com a certeza de que o ANDES-SN se constrói na base, se constrói na luta, e é na luta que nós vamos permanecer e vamos seguir, juntas e juntos”, finalizou.



Um ano de luta pela recomposição salarial para servidoras e servidores públicos!



O ano de 2022 está próximo do fim e uma certeza que o ANDES-SN tem é de que esse período ficará marcado na história por diversos aspectos, mas, sobretudo, pelo empenho e dedicação na luta em defesa da Educação Pública, da democracia e, sobretudo, pela necessária e urgente recomposição salarial de servidoras e servidores públicos.

Logo no primeiro mês do ano, representantes de diversas entidades do funcionalismo público e o ANDES-SN, iniciaram uma campanha em busca do reajuste salarial de 19,9%, baseado na perda inflacionária durante governo Bolsonaro, para todas as categorias do serviço público. Foram semanas de mobilização e pressão, com direito a vigílias no Aeroporto de Brasília e também nas imediações do Ministério da Economia.

Ainda em janeiro, o Sindicato Nacional, em conjunto com entidades do funcionalismo público, iniciou a discussão sobre a construção da Greve Unificada em busca do reajuste salarial emergencial para todas e todos do serviço público, logo após a aprovação do Orçamento da União,

que previa cerca de R\$ 1,7 bilhão para atualização salarial apenas das carreiras de policiais federais.

Na ocasião, diversas entidades representativas das servidoras e Servidores Públicos Federais (SPF) se reuniram para definir o calendário de mobilizações na construção da greve. Foi decidido que em 18 de janeiro seria realizado o Dia Nacional de Luta, Mobilização e Paralisação, com atos em Brasília e nos demais estados. A manifestação contou com a participação de milhares de SPFs, de cerca de 40 categorias. A pauta unificada foi protocolada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate).

No mês de fevereiro, servidoras e servidores públicos mantiveram a organização e, por meio de uma plenária nacional, deram início a uma jornada nacional de lutas com estado de greve, ainda em campanha unificada com o Fonasefe e Fonacate. Entre os dias 14 e 25 daquele mês, centenas de SPFs realizaram atividades locais, entre vigílias, recepção de parlamentares no aeroporto e atos com indicativo de greve.

Para comemorar o “mêsversário” do protocolo de reajuste entregue em 18 de janeiro, mais de 100 servidoras e servidores participaram do ato em frente ao Ministério da Economia, na Esplanada dos Ministérios.

Exatos 50 dias após o protocolo da pauta unificada de reivindicações junto ao governo federal, servidoras e servidores públicos deram sequência a agenda de mobilização em março, com o lançamento do Comando de Mobilização e Construção da Greve.

O Dia Nacional de Mobilização, Paralisação e Manifestações, organizado em 16 de março, teve como objetivo pressionar o governo federal pelo reajuste salarial emergencial para todas as categorias do serviço público. Em Brasília, o ato aconteceu na Esplanada dos Ministérios e os participantes marcharam até o Ministério da Economia.

Servidoras e servidores também organizaram vigílias em frente ao prédio do ministério, cobrando a abertura da mesa de negociação. No dia 22 de março o Ministério da Economia recebeu integrantes do Fonasefe, mas não houve avanço nas negociações.

Para fechar as atividades o terceiro mês do ano, foi realizada a semana de atividades batizada de “Ocupa Brasília”, que mobilizou servidoras e servidores em diversas atividades com objetivo de pressionar ainda mais as e os parlamentares.

Em abril, servidoras e servidores seguiram em vigília em frente ao Ministério da Economia. Prepararam um novo ofício, reivindicando a abertura imediata das mesas de negociações. O ANDES-SN também organizou, entre 11 e 20 de abril, diversas assembleias na base para que professoras e professores pudessem debater sobre a construção da greve unificada dos SPF.

O Dia do Trabalho, 1º de maio, foi marcado por mais um dia de luta contra o governo Bolsonaro e a crise econômica que assola o país, além dos altos índices de desemprego, inflação e fome. Para fechar o período, servidoras e servidores realizaram um ato unificado em Brasília, para pressionar o governo e garantir o reajuste salarial emergencial, como parte da Campanha Salarial Unificada 2022.

Já no segundo semestre, mais precisamente em agosto, o Fonasefe divulgou uma carta intitulada “Parlamentar, defenda os direitos do povo”. O documento cobra das deputadas e deputados, senadoras e senadores a inclusão, na Lei Orçamentária (LOA) de 2023 a previsão de recomposição para os SPF.

Durante a primeira semana do mês de setembro, servidoras e servidores públicos federais participaram de mais uma semana de lutas em Brasília, para garantir a recomposição salarial para as categorias. Houve vigília no saguão do aeroporto de Brasília, ato em frente ao Congresso Nacional e no Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Além disso, o Fonasefe, por meio das entidades que o compõem, entre elas o ANDES-SN, promoveu a leitura da ‘Carta às Brasileiras e Brasileiros em defesa do Serviço das Servidoras e Servidores Públicos’, em universidades, institutos federais e Cefets, além de espaços públicos da capital federal, como a Rodoviária do Plano Piloto.

Após as eleições, servidoras e servidores públicos protocolaram uma carta de reivindicações à equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os pedidos, estavam o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, reajuste linear de 27%, referente à inflação acumulada para todas as categorias do serviço público e a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, sobre o Teto de Gastos e a EC 103/2019, sobre a Reforma da Previdência.

Mas recentemente, na segunda semana de dezembro, representantes do Fonasefe foram recebidos pela Liderança da Minoria da Câmara e pela assessoria do senador e relator-

geral do Orçamento de 2023, Marcelo Castro (MDB/PI). O encontro reforçou o compromisso do Fonasefe em manter a unidade e mobilização dos SPF para garantir a recomposição salarial, que segundo Emenda apresentada pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade), será acatada pelo relator do Orçamento. O valor consolidado é de 9%, sendo uma parcela de 5% para abril e outra de 4% para o mês de outubro.

Luiz Henrique Blume, 3º Secretário do ANDES-SN, avalia que ainda há um caminho longo para ser percorrido, mas salienta que a pressão pelo reajuste salarial não irá cessar, muito menos escanteada durante esse período de festividades e nos primeiros dias do novo governo.

“Estamos participando de encontros com vários agentes políticos e em cada ocasião reforçamos a reivindicação de reajuste salarial tendo em vista as perdas salariais frente a inflação acumulada durante o governo Bolsonaro. Entendemos que essas cifras são insuficientes para repor as perdas que tivemos durante os últimos quatro anos. Continuaremos em mobilização para discutir com o deputado Rogério Correia e também com o senador Marcelo Castro a possibilidade de utilizar recursos da PEC da Transição, no valor de R\$ 105 milhões para incrementar esse reajuste salarial”, esclareceu.



Presidenta do ANDES-SN faz um balanço das lutas em 2022 e aponta perspectivas para 2023



No ano de 2022, trabalhadoras e trabalhadores da educação travaram uma luta intensa em defesa de direitos que continuaram, assim como durante toda a gestão de Jair Bolsonaro, sob ataque. Foi um ano marcado pela defesa da democracia, da educação pública, das universidades, institutos federais e cefetes e também dos serviços públicos, com o propósito de barrar os retrocessos que aprofundam o desmonte do Estado.

Em 2023, mesmo diante de um novo governo, os desafios permanecem e serão muitos. Em busca pela reversão da herança de destruição e com atenção ao rumo que seguirá o país, as e os docentes continuarão em mobilização para os enfrentamentos necessários.

A presidenta do ANDES-SN, Rivânia Moura, faz uma análise do ano que termina e aponta quais serão os desafios para o período que virá, destacando as pautas prioritárias.

Quais foram as principais lutas travadas em 2022 e como avalia o saldo dessas mobilizações?

Rivânia Moura: Iniciamos o ano de 2022 com a suspensão da votação da PEC 32 [Contrarreforma Administrativa]. As servidoras e os servidores públicos enfrentaram essa batalha e encerramos o ano sem que ela fosse encaminhada para votação. Isso foi muito importante porque em 2021, juntamente com o conjunto dos servidores públicos federais, travamos uma intensa batalha durante 14 semanas em Brasília, fazendo pressão na Câmara dos Deputados, levantando a pauta do que significa, de fato, essa PEC. A gente inicia o ano [de 2023] com essa retomada da luta por compreender que, apesar de não ter sido votada em 2022, a PEC 32 não foi arquivada, ou seja, não foi encerrado seu processo de tramitação e precisamos estar em luta contra este retrocesso.

Agregamos a essa luta, a pauta salarial. Começamos o ano com grandes mobilizações com o objetivo de lutarmos pela recomposição salarial, que já deveríamos ter recebido há algum tempo. O governo Bolsonaro encerra o seu quarto ano de mandato sem

qualquer realinhamento da inflação para funcionalismo federal e nós levaremos essa luta para 2023, cobrando do novo governo que nossas pautas sejam ouvidas.

A Educação teve, em 2022, vários movimentos no que diz respeito ao orçamento. Além dos cortes e contingenciamentos, em junho aconteceram bloqueios e desvio de recursos quando parte do investimento que estava previsto para o MEC - de um orçamento que já havia sido diminuído no orçamento em 2021 - foi desviado para o ProAgro. Mais recentemente, nós tivemos a tentativa, mesmo durante o pleito eleitoral, do confisco de mais uma parte do orçamento da educação.

Outro movimento que tivemos foi, junto às reitoras e reitores eleitos e não empossados, o enfrentamento às intervenções. Queria destacar essa questão das intervenções, pois a gente já denunciava desde junho de 2019, quando tivemos o primeiro caso na Federal de Dourados, no Mato Grosso do Sul. De lá para cá, nós tivemos 25 intervenções. Nós dizíamos lá

no início, e continuamos afirmando, que os interventores são o braço e a voz do governo federal dentro das instituições e não respeitam as decisões da comunidade acadêmica. Essa luta foi muito constante, durante os últimos quatro anos, para defender a autonomia que está prevista na nossa Constituição e que foi rasgada pelo governo Bolsonaro.

Por fim, quero destacar também a batalha em defesa da democracia, que não foi apenas na eleição. Nós sabemos que estava em jogo e em curso no nosso país um projeto fascista e isso levou os movimentos sindicais, sociais e populares a se reunirem em torno da bandeira da democracia, para que a gente pudesse garantir, inclusive, a nossa condição de fazer luta.

Como foi a luta do ANDES-SN no setor das Estaduais e Municipais em 2022?

RM: As Universidades Estaduais e Municipais não estão imunes ao ajuste fiscal, à política de retirada de recursos e de congelamentos de salários. O retrato que temos visualizado, discutido e lutado contra, é também da diminuição de orçamento. Salários que não foram reajustados durante esse período, planos de cargos, carreiras e salários que não foram implementados ou cumpridos, dificuldades com o retorno presencial e na garantia das condições de trabalho adequadas. O setor enfrentou inúmeros desafios, mas teve muito acerto nas atividades realizadas, nas semanas de lutas, no encontro nacional que debateu temas como Previdência, planos de cargos e salários, autonomia e, principalmente, na campanha “Universidades Estaduais e Municipais, quem conhece defende!”, que foi realizada em 2022. O setor tem avançado muito e contribuído para que haja o fortalecimento também para enfrentar os ataques cometidos pelos governos dos estados. Compreendemos que a defesa da educação pública, das garantias salariais e do tripé ensino, pesquisa e extensão faz parte de uma luta comum a todas as universidades, sejam estaduais, municipais ou federais. É isso que faz o nosso sindicato ser um representante legítimo da nossa categoria.

O ano de 2022 também marcou a retomada das atividades presenciais do Sindicato Nacional após a pandemia e também os primeiros eventos presenciais desta diretoria. Como foram as experiências?

RM: Retornamos integralmente para as atividades presenciais em 2022. Realizamos

o 40º Congresso, em Porto Alegre. Dois Conads - o 65º Ordinário, em Vitória da Conquista(BA) e o 14º Extraordinário, em Brasília (DF) -, além dos vários encontros, reuniões e das diversas atividades de rua e de mobilização que fizemos ao longo do ano. É importante destacar que o nosso Sindicato prima e defende a presencialidade para nossas ações, assembleias, atividades, para as nossas lutas, sem se deixar cair na comodidade do virtual. Nós compreendemos que o virtual foi um momento de extrema excepcionalidade durante a pandemia, quando a nossa defesa primordial era a defesa da vida. Essa volta ao presencial deu um gás para as nossas lutas diárias. Além disso, quero registrar a dificuldade e o desafio do retorno presencial nas universidades, institutos e cefets, que em grande parte retornaram sem as condições apropriadas. Nós elaboramos as diretrizes de um plano sanitário educacional, pensando nas condições de preservação da vida e nas condições educacionais de quem não teve a mesma chance de acompanhar o processo durante a pandemia e considerando também nas responsabilidades que as instituições devem ter com docentes, técnicos e técnicas e, ainda, nas condições de

permanência do corpo discente. Tudo isso entra na pauta da presencialidade e nós voltamos com muita garra, força e determinação, enfrentando um governo de extrema-direita, Derrotamos esse governo nas urnas esse ano e, em 2023, permaneceremos nas ruas contra o autoritarismo e em defesa das nossas pautas.

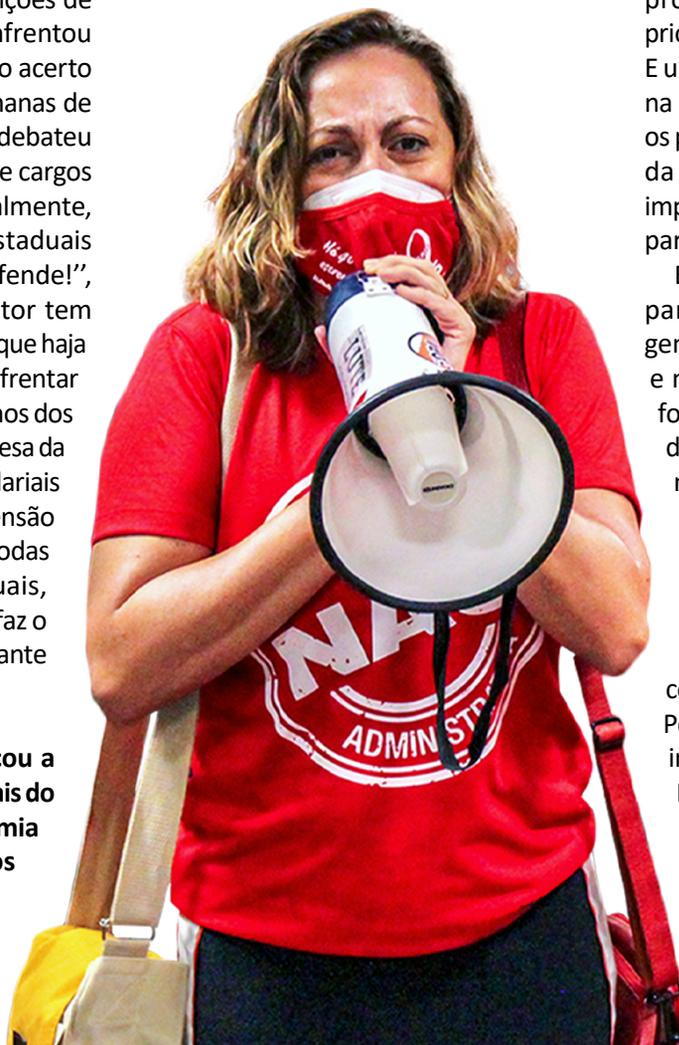
Como a diretoria do ANDES-SN avalia as propostas de campanha de Lula para as servidoras e os servidores públicos?

RM: A campanha do Lula e a composição do governo nos traz preocupação. Embora esteja nas propostas a valorização do serviço público, o fortalecimento do Estado para impulsionar a economia e os serviços de qualidade para a população, o reajuste salarial, há também muita disputa. A composição do governo e a forma como tem alinhado suas pautas nos traz preocupações, porque sabemos que é um governo que está sendo construído por várias forças, inclusive de direita e de centro, com várias perspectivas de disputa do Capital.

Uma pauta importante é a questão da Emenda do Teto dos Gastos, EC 95, que foi aprovada em 2016 e passou a vigorar a partir de 2017. Ela impôs uma diminuição progressiva de recursos para as áreas prioritárias, em especial Saúde e Educação. E uma das nossas lutas, inclusive, que está na carta que o ANDES-SN entregou para os presidentes, que é a total revogação da EC 95, pois a manutenção dela vai impossibilitar que tenhamos mais recursos para as áreas prioritárias.

Eu gostaria de chamar atenção também para um problema muito sério que a gente tem vivenciado nos últimos anos e mesmo os governos progressistas não foram capazes de combater, que é o caso da dívida pública. A gente sabe que hoje mais de 50% do orçamento vai para dívida pública, ou seja, para banqueiros, para os investidores, que levam as nossas riquezas. É impossível pensar em valorização do serviço público mantendo o esquema da dívida pública, como vem acontecendo nos últimos anos. Por isso, a auditoria da dívida pública é importante estar como pauta de luta. É inaceitável que o orçamento público destine menos de 3% para Educação e mais de 50% de seus recursos para os encargos da dívida pública.

De que forma o presidente eleito tem se posicionado sobre a PEC 32 e o que pode se esperar em seu governo em relação a essa pauta?



RM: De fato, o governo Lula se posicionou algumas vezes contra essa proposta que tramita no Congresso, mas também ressaltando que é preciso fazer mudanças no serviço público, então isso nos deixa em alerta.

Por um lado, a gente precisa arquivar esse projeto da PEC 32, porque ele foi firmado por um governo de extrema-direita, um projeto de destruição do Estado Social, de um Estado que atende minimamente às necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras. Isso também nos deixa em alerta para qualquer outro projeto de Reforma Administrativa que venha mexer no direito dos servidores públicos, mas, também, e principalmente, no direito da população de ter acesso à saúde, à educação, à Previdência, à assistência social e as políticas de habitação.

O que mais se pode esperar da agenda de mobilização do ANDES-SN para 2023?

RM: Eu queria apontar a nossa luta em defesa da Educação Pública, porque eu acho que a gente vai precisar manter muita luta em torno de várias pautas da Educação, que têm sido duramente atacada. Quero ressaltar a luta pela recomposição do orçamento, que está alinhada à luta pela revogação da Emenda Constitucional 95 [Teto dos Gastos]. A reivindicação para que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente à educação pública faz parte da nossa história, do nosso sindicato.

Uma outra questão é a de se contrapor ao Reuni Digital. Precisamos que o novo governo assegure que não vai ter qualquer proposta semelhante, pois esse projeto está alinhado a um processo aligeirado e precarizado de ensino e que vai totalmente contra o projeto de educação que o ANDES-SN tem defendido ao longo dos anos. Vamos continuar na luta para que o Reuni Digital seja arquivado e para que nenhum projeto substituto venha nessa perspectiva de ampliação do ensino à distância.

Quero destacar também, no âmbito da educação, as intervenções. A gente traz como pauta a revogação das intervenções que já aconteceram e garantia do fim da lista tríplice e da nomeação de todos os eleitos nas nossas instituições.

Outra luta é por uma política de permanência dos e das estudantes. Para além das cotas, a gente precisa garantir também que a população, os estudantes e as estudantes mais pobres, pretos e pretas, quilombolas, ribeirinhos e indígenas possam entrar nas universidades, e também possam permanecer nelas, e para isso precisamos ampliar as políticas de assistência estudantil e de permanência.

Também destaco a nossa mobilização sobre as condições de trabalho e salariais. O que nós alinhamos, junto ao Fonasefe, é uma pauta única emergencial porque não tivemos qualquer retorno de inflação nos últimos quatro anos, e o arrocho salarial vai chegar a quase 30%. E, para além disso, cada categoria tem perdas históricas.

A ciência e a tecnologia também têm sido, neste governo negacionista, muito massacradas com a retirada exponencial de recursos, inviabilizando pesquisas e o avanço de uma ciência e tecnologia de fato públicas no nosso país, então a gente precisa também de uma recomposição urgente do orçamento.

Sobre a Reforma do Ensino Médio, que o Sindicato Nacional se contrapõe, a gente vai buscar dialogar com o próximo governo pela sua revogação. Essa é uma medida que departamentaliza o Ensino Médio de forma a excluir uma formação mais ampla. Faz um processo mais aligeirado, que retira disciplinas fundamentais que formam o ser humano crítico.

Outra coisa que não pode sair da nossa pauta, que é a luta da classe trabalhadora no seu conjunto pela revogação das reformas da Previdência e Trabalhista. Rever, também, um processo amplo de terceirizações e de precarização no âmbito do trabalho. Isso deve estar no horizonte do movimento mais amplo da classe trabalhadora. E continuar nesse processo de construção da unidade e de defesa da democracia, porque a gente sabe que ela continua ameaçada, mesmo tendo sido vitoriosa nas últimas eleições. Ou seja, teremos muitos desafios para o próximo ano e conclamo toda a categoria docente a seguir mobilizada e em luta.

**Entrevista concedida à imprensa da Adufpel SSind, com edição e acréscimo de informações do ANDES-SN*

"Em 2023, permaneceremos nas ruas contra o autoritarismo e em defesa das nossas pautas"

- Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN





“

*Educar é crescer.
E crescer é viver.
Educação é, assim, vida
no sentido mais autêntico
da palavra. ”*

Anísio Teixeira

A luta pela educação pública de qualidade para todas e todos continua em 2023!

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS